

**LEGISLAÇÃO: Enfrentamento à Violência, garantia de direitos e maior qualidade de vida.**

LEGISLAÇÃO	DATA	ANO	ATO NORMATIVO
<a href="#">Lei nº 1.390 (Lei Afonso Arinos)</a>	03 de julho de 1951	1951	Inclui entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.
<a href="#">Contituição Federal da República Federativa do Brasil</a>	05 de outubro de 1988	1988	Reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais, bem como estabelece seus direitos sociais, sendo os principais artigos 231 e 232 do capítulo VIII (Dos índios) do Título VIII (Da ordem social). Estes direitos são reafirmados pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ratificada pelo Brasil em 2003.
<a href="#">Lei nº 7.716 (Lei Caô)</a>	05 de janeiro de 1989	1989	Amplia o foco das Leis anteriores e define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
<a href="#">Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu Art. 5º</a>	13 de julho de 1990	1990	Estabelece que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
<a href="#">Lei nº 9.459 (Lei Paim)</a>	13 de maio de 1997	1997	Modifica os artigos 1º e 20º da Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
<a href="#">Lei nº 13.150</a>	20 de junho de 2001	2001	Introduz o quesito “violência de gênero” no Sistema Municipal de Informações em Saúde
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 1.968</a>	25 de outubro de 2001	2001	Dispõe sobre a notificação de casos de suspeita ou de confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes atendidos nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 737</a>	16 de maio de 2001	2001	Institui a Política de redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências.
<a href="#">Portaria MS/GM nº 1.060</a>	05 de junho de 2002	2002	Política Nacional de Assistência à Pessoa com Deficiência.
<a href="#">Decreto nº 4.886</a>	20 de novembro de 2003	2003	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).
<a href="#">Lei Municipal nº 13.671</a>	26 de novembro de 2003	2003	Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.
<a href="#">Lei nº 10.678</a>	23 de maio de 2003	2003	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República.
<a href="#">Lei nº 10.778</a>	24 de novembro de 2003	2003	Estabelece a Notificação Compulsória no território nacional, dos casos de violência contra a mulher, atendidas em serviços de saúde públicos ou privados.
<a href="#">Lei nº 10.741 - Estatuto do Idoso</a>	01 de outubro de 2003	2003	Determinou a comunicação obrigatória pelos profissionais de saúde aos órgãos competentes, dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra os (as) idosos(as).
<a href="#">Lei nº 13.642</a>	08 de setembro de 2003	2003	Dispõe sobre notificação dos casos de violência contra idosos.
<a href="#">Decreto nº 44.330</a>	05 de fevereiro de 2004	2004	Regulamenta a Lei nº 13.642, de 8 de setembro de 2003, e dispõe sobre a notificação dos casos de violência contra idosos
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 2.406</a>	05 de novembro de 2004	2004	Institui o serviço de Notificação Compulsória de Violência contra Mulher.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 936</a>	18 de maio de 2004	2004	Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios.
<a href="#">Decreto nº 45.771</a>	15 de março de 2005	2005	Regulamenta a Lei nº 13.150, de 20 de junho de 2001, e introduz o quesito “violência de gênero” no Sistema Municipal de Informações em Saúde
<a href="#">Lei Municipal nº 14.247</a>	08 de dezembro de 2006	2006	Dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes.
<a href="#">Portaria MS/GM nº 1.876</a>	14 de agosto de 2006	2006	Instituída diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, apontando a necessidade da notificação dos casos de tentativas de suicídio, na perspectiva de vincular essas pessoas ao serviço de saúde como forma de intervenção em saúde e prevenção de novas ocorrências.
<a href="#">Decreto nº 48.421</a>	06 de junho de 2007	2007	Regulamenta Lei nº 13.671, de 26 de novembro de 2003, e dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

<a href="#">Portaria nº 1.328 - SMS.G</a>	28 de agosto de 2007	2007	Dispõe sobre a implantação do “Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes – SIVVA” no Município de São Paulo
<a href="#">Decreto Presidencial nº 7.053</a>	23 de dezembro de 2009	2009	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida Política.
<a href="#">Lei nº 12.015</a>	07 de agosto de 2009	2009	Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 1.944</a>	27 de agosto de 2009	2009	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 992</a>	13 de maio de 2009	2009	Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN.
<a href="#">Lei Municipal nº 15.203</a>	18 de junho de 2010	2010	Estabelece diretrizes para Política Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência
<a href="#">Lei nº 12.288</a>	20 de julho de 2010	2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 2.472</a>	31 de agosto de 2010	2010	Estabelece que a notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências deixam de ser notificadas apenas nas unidades sentinelas, para a notificação em toda rede de saúde.
<a href="#">Portaria Nº 2.488 - Política Nacional de Atenção Básica</a>	21 de outubro de 2011	2011	Caracteriza a atenção básica como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo. As equipes de Consultório na Rua citadas na portaria fazem parte da estratégia de atenção para populações específicas.
<a href="#">Portaria MS/GM nº 3.088</a>	23 de dezembro de 2011	2011	Institui a Rede de Atenção Psicossocial, republicada em 21/05/2013.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 104</a>	25 de janeiro de 2011	2011	Apresenta a Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória e destaca a importância da notificação de qualquer suspeita ou de confirmação de violência.
<a href="#">Lei 12.461</a>	26 de julho 2011	2011	Estabeleceu a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idosos atendido em serviço de saúde.
<a href="#">Portaria MS/GM nº 2.836</a>	01 de dezembro de 2011	2011	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 122</a>	25 de janeiro de 2012	2012	Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, que atualiza a Política Nacional de Atenção Básica.
<a href="#">Lei Municipal nº 15.764</a>	27 de maio de 2013	2013	Cria a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR)
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 1.922</a>	05 de setembro de 2013	2013	Altera dispositivos da Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes de organização e financiamento das equipes dos Consultórios na Rua
<a href="#">Portaria MS/GMNº 1.271</a>	06 de junho de 2014	2014	Definir a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Com relação ao agravo da violência, trata a notificação compulsória imediata (NCI) em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas a partir da ocorrência ou suspeita inicial de casos de violência sexual e tentativa de suicídio e notificação compulsória semanal (NCS) dos casos de violência doméstica e/ou outras violências.
<a href="#">Lei 12.737 - Lei Carolina Dieckmann</a>	30 de novembro de 2012	2012	Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 485</a>	01 de abril de 2014	2014	Redefine o funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de violência no âmbito do SUS.
<a href="#">Portaria MS/GM Nº 10.029</a>	20 de maio de 2014	2014	Amplia o rol das categorias profissionais que podem compor as Equipes de Consultório na Rua em suas diferentes modalidades e dá outras providências.
<a href="#">Portaria nº 705 - SMS.G - SP</a>	28 de março de 2014	2014	Anexo V - Implantação do Protocolo de Terapia Hormonal.
<a href="#">Portaria 1.300/SMS.G</a>	15 de julho de 2015	2015	Institui os Núcleos de Prevenção de Violência (NPV) em todos os equipamentos de saúde do Município de São Paulo.
<a href="#">Portaria Interministerial nº 288</a>	25 de março de 2015	2015	Estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios

<a href="#">Portaria MS/GM Nº 1.102</a>	20 de junho de 2015	2015	Estabelece a notificação compulsória dos casos de violência e de acidentes nos serviços públicos e privados no Município de São Paulo
<a href="#">Decreto nº 58.228</a>	16 de maio de 2018	2018	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans em todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais, bem como nos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município (...)
<a href="#">Decreto nº 9.440</a>	3 de julho de 2018	2018	Aprova o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
<a href="#">Lei nº 13.812</a>	16 de março de 2019	2019	Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.
<a href="#">PORTARIA SMS nº 383</a>	27 de junho de 2022	2022	Dispõe sobre a atuação dos profissionais que compõem os Núcleos de Prevenção da Violência - NPV dos estabelecimentos de saúde vinculados à Secretaria Municipal da Saúde (06 horas mensais exclusivas aos profissionais do NPV).

#### Violência contra Crianças e Adolescentes

LEGISLAÇÃO	DATA	ANO	ATO NORMATIVO
<a href="#">Lei 12.015</a>	07 de agosto de 2009	2009	Altera o título VI da parte especial do decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - código penal, e o art. 1º da lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso xliii do art. 5º da constituição federal e revoga a lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
<a href="#">Lei 12.650 - Lei "Joana Maranhão"</a>	17 de maio de 2012	2012	Alterou os prazos quanto a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.
<a href="#">Lei 13.010</a>	26 de junho de 2014	2014	Altera o Estatuto da Criança e Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel e degradante.
<a href="#">Lei Federal 13.431</a>	04 de abril de 2017	2017	Normatiza e organiza o SISTEMA DE Garantia de Direitos (SGD) da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência

#### Violência contra Mulher

LEGISLAÇÃO	DATA	ANO	ATO NORMATIVO
<a href="#">Lei nº 8.072</a>	25 de julho de 1990	1990	Inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
<a href="#">Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha</a>	7 de agosto de 2006	2006	Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e família
<a href="#">Decreto Presidencial nº 7.958</a>	13 de março de 2013	2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual, pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.
<a href="#">Lei Presidencial nº 12.845</a>	01 de agosto de 2013	2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos.

<a href="#">Decreto Municipal Nº 55.089</a>	8 de maio de 2014	2014	Institui o <i>Projeto Guardiã Maria da Penha</i> da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, programa voltado à proteção da mulher paulistana, em situação de violência, física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Guardas civis capacitados realizam visitas periódicas aos lares dessas mulheres e garantem o cumprimento das medidas protetivas, O efetivo destinado ao programa é de 49 servidores e 9 viaturas.
<a href="#">Lei 13.104 - Lei do Feminicídio</a>	09 de março de 2015	2015	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072 para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
<a href="#">Lei Municipal nº 16.732</a>	1 de novembro de 2017	2017	Institui o Programa Tempo de Despertar, que trata da reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens e das outras providências.
<a href="#">Lei 16.823 (Decreto regulamentador - 59.500/2020)</a>	06 de fevereiro de 2018	2018	Institui o projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia Saúde da Família
<a href="#">Lei 13.836</a>	4 de junho de 2019	2019	Torna obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.
<a href="#">Lei 13.811</a>	12 de março de 2019	2019	Entra em vigor alterando o Código Civil para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil. De acordo com a nova legislação, não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil.
<a href="#">Lei nº 13.827</a>	13 de maio de 2019	2019	Altera a Lei 11.340 para autorizar nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida provisória de urgência, pela autoridade judicial ou policial, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.
<a href="#">SMADS e CMDCA publicam Resolução Conjunta Nº 127</a>	23 de novembro de 2018	2018	Indica as diretrizes para política de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência. Artgo 3º da resolução trata dos atendimentos e acompanhamentos de crianças, adolescentes e seus familiares, para realização das ações intersetoriais e regionalizadas, por meio de uma rede de serviços públicos, assim a política municipal de saúde é convocada a compor o SGD.
<a href="#">Lei nº 13.871</a>	17 de setembro de 2019	2019	Altera a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo SUS às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.
<a href="#">Lei nº 13.877</a>	27 de setembro de 2019	2019	Participação políticas das mulheres
<a href="#">Lei nº 13.882</a>	8 de outubro de 2019	2019	Altera a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha) para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio.
<a href="#">Lei 13.984</a>	03 de abril de 2020	2020	Altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) para permitir que juizes possam obrigar o agressor de mulher a frequentar centro de educação e de reabilitação e a ter acompanhamento psicossocial.
<a href="#">Lei Municipal nº 17.320</a>	18 de março de 2020	2020	Dispõe sobre concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de São Paulo.
<a href="#">Lei Municipal nº 17.341</a>	18 de maio de 2020	2020	Busca estimular a contratação de mulheres que foram alvo de violência doméstica, visando apoiar sua autonomia financeira. Para tanto, nas contratações firmadas pelo MSP, que tenham por objeto a prestação dos serviços públicos, exige-se que 5% das vagas de trabalho relacionadas com a prestação da atividade-fim sejam destinadas a mulheres integrantes do Projeto Tem Saída.
<a href="#">Decreto Municipal 60.111</a>	08 de março de 2021	2021	Dispõe sobre a concessão de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de São Paulo.
<a href="#">Portaria 028/SMDHC 2021</a>	07 de abril de 2021	2021	Estabelece o valor de auxílio aluguel destinado a mulheres que possuam renda inferior ou igual a 1/4 do salário mínimo vigente. Mulheres com filhos de até cinco anos de idade tem prioridade na concessão do auxílio-aluguel.

<a href="#">Lei nº 17.699</a>	22 de outubro de 2021	2021	Determina a inclusão de serviços de proteção à mulher vítima de violência nos sites da Prefeitura do Município e da Câmara Municipal de São Paulo.
<a href="#">Portaria nº 261/2021 - PORTARIA INTERSECRETARIAL SMS/SMADS/SMDHC Nº 01/2021</a>	24 de junho de 2021	2021	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DESTINADOS ÀS USUÁRIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO SÃO PAULO DURANTE PERÍODO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL SIGILOSO
<a href="#">Lei nº 17.851 - Lei do Auxílio Ampara</a>	27 de outubro de 2022	2022	Autoriza a criação do Auxílio Ampara, benefício a ser pago a crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrente de feminicídio, e dá outras providências.
<a href="#">Lei nº 17.884/23</a>	02 de janeiro de 2023	2023	INSTITUI O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.
<a href="#">Decreto nº 11.431</a>	08 de março de 2023	2023	Institui o Programa Mulher Viver sem Violência.
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>ANO</b>	<b>ATO NORMATIVO</b>
<a href="#">Decreto 5.948</a>	26 de outubro de 2006	2006	Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Em agosto de 2013, a Presidência da República sancionou a lei n. 12.845, a qual dispõe sobre o atendimento imediato e integral – médico, psicológico e social – às pessoas em situação de violência sexual em hospitais gerais. Em seu primeiro artigo, essa lei indica que os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social (Brasil, 2013).